

Art. 9º — Dentro do prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação desta Lei, o CME elaborará seu Regimento Interno, a ser baixado pelo Prefeito Municipal.

Art. 10º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 11º — Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 15 de maio de 1997.

Daniel Alves de Lima

Daniel Alves de Lima
- Prefeito -



Lei nº 325/97

EMENTA: dispõe sobre a redução da alíquota do Imposto sobre Serviço de qualquer natureza (ISS) e dá outras providências.

O Prefeito do município de Itá Grande no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica Municipal faz saber a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º — As Alíquotas do Imposto sobre Servi-

As de qualquer natureza (ISS) referentes as atividades abaixo discriminadas, passará a incidir com o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o serviço.

Atividade	Percentual sobre o preço do Serviço
1. Médicos, inclusive análises clínicas, ultra-sonográfica e congêneres;	
2. Hospitais, clínicas, Samatômios, pronto-socorros, casas de saúde e congêneres;	
3. Bancos de sangue, leite, olhos e congêneres;	
4. Assistência médica e congêneres previstos nos itens 1, 2, 3 desta lista prestados através de plano de medicina de grupo e convênios;	0,5%
5. Planos de saúde, prestados por empresa que não esteja incluída no item 4 desta lista e que se cumpram através de serviços prestados por terceiros contratados pela empresa ou pelo pagador por esta, mediante indicação do beneficiário do plano;	

6. Execução, por administração, empreitada subempreitada ou construção, obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de materiais produzidos pelo prestador de serviços, que fica sujeito ao IEM);

0,5%

7. Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e engenharias (exceto o fornecimento de materiais, que fica sujeito ao IEM);

8. Pedes, refeições, motéis, pensões e engenharias (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao ISS);

Art. 2º — Fica o Poder Executivo autorizado a modificar a tabela constante na Lei nº 247 de 07 de dezembro de 1990 (Estatuto Tributário Municipal), Anexo I (Tabela para cobrança do imposto sobre serviço de qualquer natureza) no que se refere ao art. 1º

Esta Lei.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

Garimeti do Prefeito, 15 de maio de 1997.



Daniel Alves de Lima
- Prefeito -



Lei nº 326/97

EMENTA: Institui no âmbito do Município de Itá Grande, Estado de Pernambuco, o Fundo Municipal de Educação (FME), e dá outras providências.

O Prefeito do município de Itá Grande, Estado de Pernambuco, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Seção I

Das Finalidades e Objetivos: